Principais actividades desenvolvidas:

- Acompanhamento de Empreitadas;
- Representante do Município no acompanhamento das empreitadas do Sistema Integrado Municipal de Águas Residuais da Península de Setúbal;
- Preparação e participação em concursos de empreitadas;
- Membro da comissão de revisão e análise da proposta de Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Águas Residuais do Concelho de Sesimbra;
- Coordenação do serviço de manutenção e conservação do sistema de abastecimento público;
- Programação, coordenação e acompanhamento das obras de expansão e reabilitação da rede de distribuição de água;
- Programação, coordenação e acompanhamento das obras efectuadas na ETAR;
- Programação, coordenação e gestão do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e do serviço de manutenção de espaços verdes e limpeza urbana.”

5 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora*.

2611073300

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

Aviso n.º 25856/2007

Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior assessor da carreira de sociologia — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho datado de 05 de Dezembro de dois mil e sete, foi nomeada para o lugar de Técnico Superior Assessor da carreira de Sociologia, a candidata ao concurso acima mencionado, que a seguir se indica:

Fátima Maria Semedo Ramos Matos

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Processo não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 46º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114º da lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterado pela lei n.º 48/2006 de 29 de Agosto.

5 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611073262

Aviso n.º 25857/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional de 1ª classe da carreira de animador sócio cultural — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho datado de 11 de Dezembro de dois mil e sete, foi nomeada para o lugar de Técnico Profissional de 1ª classe da carreira de Animador Sócio Cultural, a candidata ao concurso acima mencionado, que a seguir se indica:

Ana Maria Leonardo Mendes

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Processo não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 46º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114º da lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterado pela lei n.º 48/2006 de 29 de Agosto.

11 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611073236

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Aviso n.º 25858/2007

Plano de Urbanização de Luz de Tavira

Torna-se público que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Tavira aprovou, em 3 de Dezembro de 2007, o Plano de Urbanização (PU) de Luz de Tavira.

Na elaboração do PU de Luz de Tavira, que teve início na vigência do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, foram cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à emissão de pareceres e à discussão pública, a qual decorreu ao abrigo do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, no período compreendido entre 27 de Julho e 28 de Agosto de 2007.

Na área de intervenção do PU de Luz de Tavira encontra-se em vigor o Plano Director Municipal (PDM) de Tavira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/97, publicada no *Diário da República* n.º 139, 1.ª série — B, de 19 de Junho e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, publicada no *Diário da República* n.º 149, 1.ª série — B, de 3 de Agosto.

O PU de Luz de Tavira incide sobre a UOPG 5, definida pelo PDM de Tavira, não apresentando total conformidade com o mesmo, uma vez que procede a acertos no Perímetro Urbano, promovendo a reclassificação de 1,14 ha de Espaços Agrícolas para Espaços Urbanos e Urbanizáveis.

A Comissão Regional da Reserva Agrícola do Algarve (CRRRA), através da Acta n.º 264/2007 de 28 de Março de 2007 aprovou a Planta de Condicionantes do PU de Luz de Tavira.

Por indicação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a Câmara Municipal de Tavira (CM Tavira) elaborou um estudo hidrológico relativo à zona de intervenção do PP, cujas conclusões/recomendações deverão ser aplicadas, pela CM de Tavira, de forma supletiva ao regulamento do PU de Luz de Tavira.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve emitiu parecer favorável à proposta do PU de Luz de Tavira, datado de 22 de Maio de 2007 (parecer previsto no n.º 10 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro).

Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro publica-se, em anexo a este aviso, a deliberação da Assembleia Municipal de Tavira que aprovou o PU de Luz de Tavira, bem como o respectivo Regulamento, Planta de Condicionantes e Planta de Zonamento.

4 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Macário Correia*.

Plano de Urbanização Luz de Tavira

Regulamento

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Âmbito territorial

O Plano de Urbanização de Luz de Tavira, adiante designado por Plano, constitui o plano municipal de ordenamento do território que define a organização espacial da área de intervenção delimitada na Planta de Zonamento. Corresponde ao aglomerado urbano de Luz de Tavira e delimita o respectivo perímetro urbano.

Artigo 2º

Objectivos

O Plano visa prosseguir o equilíbrio da composição urbanística através dos seguintes principais objectivos:

- a) Assegurar a compatibilidade das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais, de serviços e turísticas;
- b) Definir a rede viária estruturante, a localização de equipamentos de uso e interesse colectivo e a estrutura ecológica urbana;
- c) Estruturar e reforçar o centro urbano através da qualificação da área urbana envolvente do conjunto da Igreja e Rossio da Luz de Tavira.

Artigo 3º

Instrumentos de gestão territorial a observar

O presente Plano não respeita o Plano Director Municipal de Tavira publicado no *Diário da República* n.º 139, 1ª Série B de 19 de Junho de 1997, no que respeita à delimitação do Perímetro Urbano, o qual se encontra definido na Planta de Zonamento.